História das trabalhadoras bancárias no Brasil (1960-1990)

GEROLETI, Luciana / UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História - Geroleti@gmail.com

Palavras chaves: Bancárias – Gênero - História.

**Resumo**

A presente pesquisa, desenvolvida como tese de doutorado, ainda com resultados parciais, insere-se no campo de estudos da história das mulheres e das relações de gênero, feita a partir de uma reflexão sobre a história das trabalhadoras bancárias entre as décadas de 1960 e 1990. Utiliza o gênero como categoria de análise, inserindo-se no debate sobre mercado de trabalho e suas desigualdades de gênero.

**Os caminhos da pesquisa**

 A trajetória das trabalhadoras bancárias é mais antiga do que a história frequentemente conta. Inicia-se na década de 1920, quando eram admitidas, em sua grande maioria, nos serviços auxiliares como recepcionistas, ascensoristas, telefonistas ou secretárias. Neste período, iniciava também a admissão de mulheres como escriturárias, na carreira principal do banco, a exemplo de Dona Vênus. [[1]](#footnote-1) No maior banco público federal do Brasil[[2]](#footnote-2) até 1935 as mulheres participavam dos concursos de admissão à carreira, entretanto, foram proibidas em 1935, só retornando em 1969, após reivindicações e por força da Lei nº 5.473 de 1968.

Susan K. Besse, historiadora brasilianista que investigou as relações e gênero no Brasil entre 1914 e 1940, observou que desde o início do século XX crescia de forma vertiginosa a participação das mulheres das camadas altas e médias nos empregos públicos, tendo havido um retraimento a partir de meados da década de 1930, quando foi suprimido às mulheres o direito de participar dos concursos públicos do alto escalão do Estado brasileiro, como o Ministério das Relações Exteriores, a Marinha, o Exército, as carreiras jurídicas e os bancos públicos federais (BESSE, 1999).

Como tal proibição referia-se ao ingresso na carreira principal dos bancos públicos, nos chamados serviços auxiliares a mão de obra de mulheres continuou sendo muito requisitada, influenciada pela introdução da mecanização dos serviços bancários que ocorre nas décadas de 1930 e 1940. Na Caixa Econômica Federal de São Paulo, desde que foi criado o serviço de holerite em 1933, destinado ao controle das contas dos depositantes, e do serviço de depósito, em 1940, somente mulheres passaram a exercê-lo (SEGNINI, 1998).

No Estado do Rio Grande do Sul, a historiadora Aurea Tomatis Petersen mostrou que a contratação de mulheres nos bancos daquele Estado ocorria desde a década de 1920, mas se intensificou a partir da década de 1940, ligada a contexto da Segunda Guerra Mundial. A partir da década de 1940, pesquisando em jornais daquele Estado, percebeu o grande número de escolas de datilografia na cidade, coincidindo com o período em que os bancos “gaúchos” começavam a datilografar seus movimentos diários, fato que, para ela, contribuiu para a aceitação da mão de obra feminina, já que os homens recusavam-se a fazer esse tipo de trabalho (PETERSEN, 1999). No principal banco público daquele estado, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), as mulheres ingressaram em 1943, entretanto, foram admitidas em quadro de carreira auxiliar e não como escriturárias, concurso carreira inicial do banco (PETERSEN, 1999)

A socióloga Liliana Segnini investigou as mulheres em um grande banco estatal do Estado de São Paulo. Segundo ela, na década de 1960 a introdução da informatização nos bancos iria gerar uma nova demanda pela mão de obra feminina constituindo-se num movimento parecido ao ocorrido nas décadas de 1930 e 1940 com a mecanização (SEGNINI, 1998). No banco estatal estudado por ela, hoje extinto, as mulheres eram admitidas nos setores de despacho de correspondências, telefonistas e recepcionistas, tendo se modificado a partir do final da década de 1960 quando as puderam candidatar-se nos concursos públicos de admissão à carreira (SEGNINI, 1998).

É a partir do final das décadas de 1960 que as mulheres voltarão, como no banco público federal pesquisado, ou serão admitidas pela primeira vez via concurso público. Referida lei é oriunda do Projeto de Lei nº 3.232, de 1965, apresentado pelo então deputado Nelson Carneiro ao Congresso Nacional em agosto de 1965 (BRASIL, 1965). Sancionada pelo então presidente Costa e Silva, estabelecia em seu Artigo 1º:

São nulas as disposições e providências que, direta ou indiretamente, criem discriminações entre brasileiros de ambos os sexos, para o provimento de cargos sujeitos a seleção, assim nas empresas privadas, como nos quadros de funcionalismo público federal, estadual ou municipal, do serviço autárquico, de sociedade de economia mista e de empresas concessionárias de serviço público (BRASIL, 1968).

O contexto em que se questionava esta proibição não ocorre por acaso. Embora a experiência feminista no Brasil seja mais antiga do que a história frequentemente conta, datando do século XIX, é na década de 1960 que ocorre o ressurgimento do movimento feminista no Brasil e reacendem os debates sobre a necessidade de reformas de gênero na sociedade brasileira. Neste contexto de resistência ao regime civil-militar surgem, então, vários movimentos organizados. Em relação aos movimentos feministas eram oriundos também de influências internacionais, entretanto, assumiram características próprias devido à repressão interna do regime.

Não só no Brasil, mas em todo o mundo ocidental, é durante essa década que ocorrem importantes mudanças na legislação, no que toca às mulheres, como o Estatuto da Mulher Casada.[[3]](#footnote-3) A justificativa e as indagações apresentadas no projeto nos permitem pensar no contexto em que foi elaborado. Apesar das “conquistas” da década de 1930, como o direito ao voto feminino e a legislação trabalhista, através do Decreto 21.417 A, de 1932, que trouxe a primeira lei de proteção ao mercado de trabalho das mulheres no Brasil, apresentavam-se ainda na década de 1960 persistentes desigualdades entre homens e mulheres no que se refere ao trabalho, pois inúmeras instituições ainda recusavam o trabalho feminino (BARROS, 1995). Entre estas, os bancos públicos Banrisul, já citado; Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), além do próprio Banco do Brasil (SEGNINI, 1998). Em outros setores de profissões tradicionalmente exercidas por homens, como a engenharia, destaca-se a Petrobrás, empresa petrolífera criada na década de 1950, porém, as primeiras mulheres foram admitidas na década de 1970 (ALMEIDA, 2011). Entre os bancos estaduais, havia exceções entre aqueles criados a partir da década de 1960, como o Banco do Estado de Santa Catarina, banco que foi tema de minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (GEROLETI, 2010).

Minha pesquisa de Mestrado tratou do ingresso das mulheres, após a referida Lei, em dois bancos públicos (GEROLETI, 2013). No Doutorado, trato da volta das mulheres ao maior banco público federal brasileiro, com pesquisa em andamento feita em dois periódicos do referido banco, no período compreendido entre 1965 e 1990. É sobre este tema que trata este texto.

**Auxiliares: O enquadramento das mulheres no retorno a um banco público federal**

Na esfera do trabalho, a alcunha de “auxiliar” historicamente acompanhou as atividades exercidas por mulheres. Isso mostra claramente a relação desigual entre gênero e mercado de trabalho. Scott já mostrou como o gênero pode ser usado como categoria de análise na História (Scott, 1990). Na conclusão de seu artigo, Scott suplicava por uma história que contemple o gênero, a raça e a classe como categorias de análise indissociáveis (SCOTT, 1990). Na análise da história das trabalhadoras bancárias, percebo que gênero e classe ficam evidenciados, ciente que se trata aqui de mulheres das classes médias brasileiras, aquelas que tinham acesso a escolarização e concursos públicos a partir da década de 1960.

É preciso considerar a posição ocupada pelo banco público federal dentro da burocracia do Estado brasileiro à época para compreender sua carreira disputada dentre os concursos públicos brasileiros. Primeiro e principal banco público criado no Brasil, até meados da década de 1960 fazia o papel de Banco Central do Brasil, ou seja, controlava a emissão de moeda e fiscalizava os demais bancos do mercado financeiro até a criação do Banco Central, em 1964. Considerados duas referências na história do banco, Afonso Arinos de Mello Franco e Cláudio Pacheco, ambos juristas e funcionários de carreira do banco, escreveram a história do banco, com viés de história econômica, pois segundo os autores, a história do banco se confundia com a própria história econômica do Brasil (FRANCO; PACHECO, 1979).

Uma reportagem da *Revista Desed* trouxe um histórico dos concursos do banco, onde a quantidade de candidatos inscritos impressiona. Talvez não houvesse concurso maior no período. A revista informa que o recorde, até então, pertencia ao concurso realizado em 1965 nos Estados do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais: 52.500 inscritos e 4.170 selecionados (DESED, 1967). Sobre o resultado destas seleções, diz:

“O que sempre acontecia era a seleção jamais corresponder às necessidades reais do banco. Isto levou a instituir o quadro de auxiliares. As exigências são menores para o ingresso nele. Constitui em verdade uma escala onde o jovem que quer fazer carreira adquire maior experiência. A quase totalidade habilita-se, depois, nos concursos para o cargo de escriturário.” (DESED, 1967, p.32, grifo meu)

A *Revista Desed* não informa a data em que foi instituído este quadro de auxiliares. Porém, supõe-se, pelo verbo no passado “acontecia”, que o banco nesta data já havia criado estes quadros auxiliares. Também não diz se o concurso de 1965 foi um concurso para Escriturário ou já um concurso de Auxiliar de Escrita, este pertencente ao quadro auxiliar.

Cabe ressaltar aqui especificamente o tipo de candidato que o concurso dos quadros auxiliares visava atrair: o jovem sem experiência que pretendia fazer carreira no banco. Conclui a reportagem argumentando que o banco está procurando reformular os meios seletivos por que ”não há mais justificativa para os que vinham sendo utilizados”, pois o “treinamento ideal não é o que pretende apenas corrigir deficiências profissionais, ele tem de começar antes da seleção, no momento em que se pensa em recrutar” (DESED, 1967, p.32). Observando os argumentos para mudança no recrutamento, percebe-se, de início, que os concursos deverão ficar mais criteriosos de forma a recrutar melhor via concurso público.

É a partir de 1969 que o banco voltará a admitir a inscrição de candidatas do sexo feminino. Neste período, entre fins da década de 1960 até meados da década de 1980, o banco possuía três carreiras, além dos jovens-aprendizes. A carreira administrativa era carreira principal do banco,composta pelos níveis básico, médio e superior, sendo o nível básico o cargo de escriturário e o nível médio o exigido para cargos em comissão. A carreira de apoio, composta por telefonistas, ascensoristas, sonografistas, em grande maioria era composta por mulheres. Já a carreira técnico - científica restringia-se aos profissionais de nível superior, como médicos e engenheiros e desde 1971 o banco contratava jovens-aprendizes.

Quanto à novidade das mulheres no banco, em realidade, considero que a grande novidade foi o próprio concurso. Denominado de “Auxiliar de Escrita”, sob o nº 111, foi realizado em abril de 1979 para os Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (DESED, 1970). As mudanças foram anunciadas como radicais e os que os que já haviam feito concurso para o banco se surpreenderam, lamentando-se que de nada valeram os cursinhos preparatórios. A elaboração do concurso contou com um psicólogo especialista em psicologia aplicada. Trouxe questões objetivas de múltipla escolha, que eliminou a correção subjetiva; a quantidade de questões passou a ser vista na hora da prova; regionalizou o concurso e trouxe duas novas provas: psicológica e conhecimentos gerais, mas esta ultima não faz parte concurso auxiliar de escrita. Conclui a reportagem argumentando que como os administradores surgem do próprio quadro, os testes tiveram que selecionar quem pode ocupar funções subalternas, mas que no futuro ocupem as chefias, por isso, o departamento de seleção do banco ia acompanhar estes funcionários aprovados para ver se os melhores nos testes serão os melhores na prática (DESED, 1970).

Um ano mais tarde, a *Revista Desed* trouxe os resultados do Concurso de Auxiliar de Escrita nº 113 realizado no ano de 1970: 92.274 inscritos e 6720 aprovados. Infelizmente, não trouxe a quantidade de aprovados por sexo. Sobre a seleção diz que “o enfoque dos novos métodos está mais voltado para as potencialidades do candidato”. Conclui que “é claro que o nível de escolaridade importa muito, mas a confecção das provas (psicologia, português e matemática) é de tal maneira elaborada, que bastam estas provas para medi-lo” (DESED, 1971, p.11).

Ressalto que em nenhum momento a reportagem informa que houve mudança na exigência de escolaridade a partir do concurso de Auxiliar de Escrita º 111. Porém, esta informação é de extrema importância para compararmos com os concursos para escriturário. Em 1970 houve a realização de concurso interno para escriturário, tendo mais de 8000 inscritos e 3747 aprovados (DESED, 1971). Nota-se que os concursos para escriturário passaram a ser internos, ou seja, era obrigatório primeiramente ingressar no banco como quadro auxiliar para, somente depois, internamente, realizava-se o concurso para escriturário, chamado de nível básico, que daria acesso à carreira principal do banco.

No final da década de 1970, na leitura do *BIP- Boletim de Informação de Pessoal*, num anúncio como tantos outros, percebi que a seleção de abril de 1969 constituiu-se, em verdade, numa data de corte, antes e pós o a data de 27/04/1969, conforme abaixo:

“Entre 13 e 17 de agosto, as agências estarão acolhendo inscrições de candidatos à seleção interna para o Nível Médio 002. Excepcionalmente, a DIREC dispensou a comprovação de escolaridade mínima exigida (2º grau completo). Para os antigos auxiliares e auxiliares de escrita, concursados antes de 27.04.1969, é obrigatória a apresentação de prova de conclusão de primeiro grau ou equivalente.” (BIP, 1979, p.1).

Consoante o anúncio acima, compreende-se que caso fosse mantida a exigência de escolaridade, segundo grau completo, os “antigos auxiliares e auxiliares de escrita” concursados antes de 27/04/69, não poderiam participar do concurso para o nível médio da carreira administrativa. Aqui fica implícito que os concursos de “antigos auxiliares e auxiliares de escrita” realizados antes de 27/04/1969 não exigiram 2º grau completo, caso contrário porque a ressalva e o pedido específico para este grupo de funcionários apresentassem comprovante de primeiro grau? Também parece estar implícito que após a data de 27/04/1969 os concursos de Auxiliar de escrita passaram a exigir segundo grau completo, embora as reportagens da *Revista Desed* não mencionem tal mudança de exigência de escolaridade nos concursos de Auxiliar de Escrita a partir do nº 111.

Considero muito significativo o fato de que justamente a partir do primeiro concurso que voltava a admitir mulheres ter sido criado uma mudança nos concursos em termos de escolaridade exigida, mas ter sido mantido o concurso no quadro auxiliar da carreira do banco. A esta altura das fontes, já se torna impossível desconsiderar que o aumento da exigência do concurso de 27/04/1969 e sua manutenção como Auxiliar tenha relação com a exigência trazida pela Lei 5473 de 1968, fazendo com que o banco encontrasse uma alternativa, às pressas, já no concurso do ano de 1969.

A admissão das mulheres em quadro auxiliar de carreira não era uma novidade entre os bancos. Além do banco Banrisul visto acima, nos bancos de capital privado, um exemplo de serviço auxiliar, porém, com viés mais generificado, foi a função de “Moça Bradesco”, criada pelo banco Bradesco.[[4]](#footnote-4) A semelhança de nome com a tradicional “aeromoça” das companhias aéreas não parece ser mera coincidência. A função foi criada entre as décadas de 1970 e a 1980, para atuar nas agências bancárias como uma espécie de recepcionista, uniformizada, treinada e com boa aparência para recepcionar os clientes que vinham na agência, num período em que, como não havia caixas eletrônicos, quase todos os clientes faziam seus serviços bancários- como depósitos e saques- numa agência bancária (SEGNINI, 1988).

Neste sentido, a análise do trabalho nos bancos leva a compreender que a divisão do trabalho nos bancos brasileiros era marcada pela divisão de gênero, ou seja, as mulheres ocuparam determinadas funções vistas como tradicionalmente “femininas”: inicialmente ocupando as vagas abertas pela mecanização, setor de correspondência e digitação de dados e no final da década de 1960 ingressando nos bancos via concurso. No entanto, mesmo nesta década, quando a Lei impediu fossem discriminadas em qualquer concurso, no banco público federal pesquisado, as mulheres continuaram sendo admitidas em quadros auxiliares.

**Considerações finais**

Diante desta longa trajetória, evidenciam-se profundas desigualdades de gênero no setor bancário. Dados de 2015 mostram que as mulheres representavam 49,86% da categoria em atividade no país (FEBRABAN, 2015). Porém, quando se trata de cargos de diretoria as mulheres representam menos de 20% (DIEESE, 2013). Ampliando o olhar para o mercado financeiro, percebemos que as trabalhadoras bancárias estão inseridas num mercado em que o poder representa o próprio universo masculino. Direcionando o olhar um pouco mais para o alto escalão financeiro, como o Banco Central do Brasil, criado em 1964, maior autoridade do mercado financeiro e responsável pela formulação da política monetária do país, é chocante observar que este permanece sem contar com sequer uma mulher no quadro de suas diretorias ou presidência até os dias atuais.

No bojo das mudanças promovidas pelo governo que tomou o poder no Brasil em maio de 2016, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM perdeu seu status ministerial e a autonomia que lhe fora conferida desde sua criação, em 2003, na condução de políticas públicas para as mulheres. Em março deste ano fora transformada em uma Secretaria Nacional, o que causou preocupação de movimentos e organismos internacionais.[[5]](#footnote-5) Como a maioria dos bancos públicos aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça criado pela SPM em 2005, o qual tem como objetivo desenvolver novas concepções de relações de trabalho para alcançar a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho, percebe-se que as políticas públicas que alcançavam as bancárias de bancos públicos encontram-se ameaçadas. Já nos bancos privados, faz-se ainda necessário criar tais políticas, visto que nenhum deles chegou a aderir ao programa da SPM citado.

**BIBLIOGRAFIA**

Barros, A. M. (1995). A mulher e o direito do trabalho. São Paulo, LTr.

Besse, S. K. (1999). Modernizando a desigualdade: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo, EDUSP.

BIP-Boletim de Informação de Pessoal. (1979) Brasília, nº 33, ag.

Brasil. (1965). Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 12 out. Seção 1, p. 25, sítio web: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12OUT1965.pdf#page=25.>. (Consulta: 29-08-2012).

Brasil. (1968). Lei nº 5.473, de 10 de julho de 1968. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 09 jul., sítio web: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L5473>. (Consulta: 29-08-2012).

Dieese. (2013) Desigualdade de gênero nos bancos: São Paulo: DIEESE, nov., sítio web:<http://www.bancariosdf.com.br/site/images/stories/pdf/pesquisa-integra-dieese.pdf>. (Consulta: 03-02-2017).

Franco, A. A. de M.; Pacheco, C. (1979). História do Banco do Brasil: (história financeira do Brasil desde 1808 até 1951). Brasília, Banco do Brasil.

Geroleti, L. C. (2010). Entre a “bela” e a “bancária”: Memórias e representações femininas de mulheres bancárias. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina.

­­\_\_\_\_\_ (2013). De normalistas a bancárias: A profissionalização das mulheres nos bancos (1960-1980). Pós-graduação. Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina.

Petersen, A. T. (1999). Trabalhando no banco: trajetórias de mulheres gaúchas desde 1920. Pós-Graduação. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Pimenta, F. F. (2010). Políticas feministas e os feminismos na política: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005). Pós-graduação. Brasília, Universidade de Brasília.

Relatório Anual (2015). São Paulo: Febraban, sítio web:

<https://relatorioanual2015.febraban.org.br/pt/index.htm>. (Consulta: 08-02-2017).

Revista desed. (1967). Brasília, nº 6, 4 trim.

Revista desed. (1970). Brasília, nº 22, nov./dez.

Revista desed. (1971). Brasília, nº 24, mar/abril.

Revista desed. (1971). Brasília, nº 27, set/out.

Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica*.* En *Educação e Realidade***,** n.16, 73-99, jul./dez.

Segnini, L. (1988). A liturgia do poder: Trabalho e Disciplina São Paulo, Educ.

\_\_\_\_\_. (1998). Mulheres no trabalho bancário. São Paulo, Edusp.

1. Disserto sobre a trajetória de Dona Vênus em um público federal em minha dissertação de Mestrado (GEROLETI, 2013). [↑](#footnote-ref-1)
2. Por haver restrições de uso do nome do banco, este será denominado por “banco público federal”. [↑](#footnote-ref-2)
3. Lei 4.121 de 1962, conhecida como Estatuto da Mulher Casada, alterou o Código Civil e dele retirou a incapacidade jurídica da mulher casada. [↑](#footnote-ref-3)
4. Banco Brasileiro de Descontos- Bradesco, era o maior banco comercial privado do Brasil da década de 1960 até 1980 (SEGNINI, 1988). [↑](#footnote-ref-4)
5. ONU mulheres divulgou nota de preocupação, disponível no link <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-considera-preocupante-mp-das-secretarias-de-politicas-para-mulheres-e-igualdade-racial/>. Acesso em: 22 mar. 2017. [↑](#footnote-ref-5)